

CVM prepara guia sobre assembleias

LUCIANO FELTRIN
SÃO PAULO

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de capitais, quer facilitar a participação de investidores nas principais tomadas de decisão das companhias de capital aberto. Nessa direção, a autarquia prepara uma espécie de manual para convocação e participação em assembleias das empresas listadas em bolsa. A ideia é regular um conjunto de normas que dêem aos investidores os principais mecanismos para atuar de forma objetiva das reuniões. "O documento deve passar por processo de audiência pública no início do próximo ano e obrigará as empresas a divulgarem com clareza sua política de realização de assembleias", afirmou o diretor da CVM, Sérgio Weguelin, ontem, durante o 9º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa.

O capítulo mais detalhado da minuta será exatamente o que sugere às companhias o maior detalhamento sobre os temas que serão abordados durante as assembleias. A CVM quer, ainda, que a administração e os controladores das empresas deixem explícito nas convocações os seus interesses em casos de assembleias que tratem de temas relevantes para ambos e, principalmente, quando as reuniões tiverem caráter extraordinário.

Weguelin explicou que, na tentativa de buscar a agilidade nos processos de convocação de assembleias, o manual da CVM deve trazer uma novidade. "A ideia é a de concentrar esforços

em um grupo de investidores. Acreditamos que a empresa não tem a necessidade de convocar a todos para uma assembleia. Se fizer esforços restritos em um determinado grupo de acionistas, haverá diminuição da burocracia. Como o mercado dialoga, imaginamos que isso pode estimular o ativismo entre os principais fundos de investimentos", afirma o diretor da CVM.

Mudanças para 2009

A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) é uma das principais entusiastas da ideia de popularizar a participação de investidores minoritários em assembleias.

O objetivo da entidade ganhou força com os recentes episódios envolvendo Sadia e Aracruz, nos quais as companhias divulgaram perdas conjuntas de mais de R\$ 2 bilhões com operações com derivativos exóticos.

"Já temos incentivado o ativismo por meio dos fundos que gerenciam investimentos, em um movimento que levamos à frente com a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid). Mas acreditamos que 2009 será um ano importante para dar passos mais ousados. Já conversamos com a CVM e queremos elaborar um projeto de lei com alterações cirúrgicas, entre as quais algo que mude a necessidade das companhias terem de realizar assembleias em suas cidades de origem, o que dificulta muito a ida de muitos de seus investidores.", exemplifica o superintendente da Amec, Edison Garcia.